

determina o n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

7.3 — Os requerimentos deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

- a) Currículo profissional detalhado, actualizado, datado e assinado;
- b) Documentos comprovativos das habilitações literárias e profissionais do candidato;
- c) Declaração do serviço comprovando a categoria e a natureza do vínculo do candidato, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública e as classificações de serviço, na sua expressão quantitativa, obtidas nos últimos três anos;
- d) Declaração do serviço com descrição detalhada das funções e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho ocupado pelo funcionário;
- e) Quaisquer outros elementos que o candidato considere relevantes para a apreciação do seu mérito, que só serão tidos em consideração pelo júri se devidamente comprovados.

8 — Publicitação das listas — a relação de candidatos e a lista de classificação final serão publicitadas nos termos e nos prazos previstos nos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9 — Constituição do júri:

Presidente — Licenciado Vítor Manuel dos Santos Matos, assessor da Secretaria-Geral do MAOTDR.

Vogais efectivos:

- 1.º Licenciada Maria Teresa Lopes Lima de Barros, técnica superior principal do Gabinete de Relações Internacionais.
- 2.º Licenciada Maria do Rosário Santos Silva Galheto Coxilha, chefe de divisão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do MAOTDR.

Vogais suplentes:

- 1.º Licenciada Maria da Conceição Rosado da Fonseca, técnica superior principal da Secretaria-Geral do MAOTDR.
- 2.º Licenciada Nádia de Brito Pires, técnica superior principal do Gabinete de Relações Internacionais.

A presidente do júri será substituída nas suas ausências e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

Nos termos do disposto no despacho conjunto n.º 373/2000 (2.ª série), de 1 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000, faz-se constar a seguinte menção: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

11 de Julho de 2005. — O Director, *Nuno Sanchez Lacasta*.

Instituto Geográfico Português, I. P.

Despacho n.º 16 663/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Geográfico Português de 7 de Junho de 2005, com a anuência do secretário-geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional de 21 de Junho de 2005:

Ana Amélia Rodrigues, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional — autorizada a requisição ao abrigo do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Julho de 2005. — A Vice-Presidente, *Maria Angélica Carvalho*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura

Despacho (extracto) n.º 16 664/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral das Pescas e Aquicultura de 1 de Julho de 2005:

Henrique Alberto de Moura Portugal Sobral e Maria João Pedro da Silva, inspectores principais da carreira de inspecção superior dos quadros de pessoal da ex-Inspeção-Geral das Pescas e da Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar, respectivamente — nomeados definitivamente, precedendo concurso, inspectores superiores da carreira de inspector superior, do quadro de pessoal da ex-Inspeção-Geral das Pescas, com efeitos à data do despacho, ficando posicionados no escalão 1, índice 670, considerando-se exonerados da anterior categoria a partir da data da aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Julho de 2005. — Pela Directora do Departamento de Administração Geral, a Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Rita Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 16 665/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral das Pescas e Aquicultura de 1 de Julho de 2005:

Vítor Manuel dos Santos Valadas e Maria Joaquina Dias Ramos, técnicos de informática do grau 1, nível 1, da carreira de técnico de informática do quadro de pessoal da Ex-Inspeção-Geral das Pescas e da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, respectivamente — nomeados definitivamente, precedendo concurso, técnicos de informática do grau 2, nível 1, da carreira de técnico de informática, do quadro de pessoal da ex-Inspeção-Geral das Pescas, com efeitos à data do despacho, ficando posicionados no escalão 2, índice 500, considerando-se exonerados da anterior categoria a partir da data da aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Julho de 2005. — Pela Directora do Departamento de Administração Geral, a Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Rita Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 16 666/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral das Pescas e Aquicultura de 1 de Julho de 2005:

Rui Manuel Léonard Baptista, técnico de informática do grau 2, nível 1, da carreira de técnico de informática do quadro de pessoal da ex-Inspeção-Geral das Pescas — nomeado definitivamente, precedendo concurso, técnico de informática do grau 3, nível 1, da carreira de técnico de informática, do mesmo quadro de pessoal, com efeitos à data do despacho, ficando posicionado no escalão 3, índice 640, com efeitos à data do despacho, considerando-se exonerado da anterior categoria a partir da data da aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Julho de 2005. — Pela Directora do Departamento de Administração Geral, a Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Rita Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 16 667/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral das Pescas e Aquicultura de 1 de Julho de 2005:

Isabel Maria Barata Abrantes Fontoura, técnica de informática do grau 1, nível 1, da carreira de técnico de informática do quadro de pessoal da ex-Inspeção-Geral das Pescas — nomeada definitivamente, precedendo concurso, técnica de informática do grau 2, nível 1, da carreira de técnico de informática, do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, com efeitos à data do despacho, ficando posicionada no escalão 2, índice 500, considerando-se exonerada da anterior categoria a partir da data da aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Julho de 2005. — Pela Directora do Departamento de Administração Geral, a Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Rita Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 16 668/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral das Pescas e Aquicultura de 1 de Julho de 2005:

Ana Maria Branco Lara Cardoso Fernandes Ferreira e Ana Paula Guerreiro Lamy, técnicas de informática do grau 2, nível 1, da

carreira de técnico de informática — nomeadas definitivamente, precedendo concurso, técnicas de informática do grau 3, nível 1, da carreira de técnico de informática, do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos à data do despacho, ficando posicionadas no escalão 1, índice 580, considerando-se exoneradas da anterior categoria a partir da data da aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Julho de 2005. — Pela Directora do Departamento de Administração Geral, a Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Rita Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 16 669/2005 (2.ª série). — Por despacho da secretária-geral-adjunta do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas de 23 de Junho de 2005 e do director-geral das Pescas e Aquicultura de 8 de Julho de 2005:

Elisabete Romão Pazeiro Ramalho Pimentel, auxiliar de acção médica da carreira de auxiliar de acção médica do quadro de pessoal do Centro Regional de Alcoologia do Sul — nomeada na categoria de assistente administrativa da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, após reclassificação profissional ao abrigo do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, ficando posicionada no escalão 1, índice 199, com efeitos a 8 de Julho de 2005.

12 de Julho de 2005. — Pela Directora do Departamento de Administração Geral, a Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Rita Ferreira*.

Direcção-Geral dos Recursos Florestais

Aviso n.º 7034/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, por meu despacho desta data, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da publicação no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para o preenchimento de um lugar, na categoria de chefe de secção, constante da Portaria n.º 574/2004, de 28 de Maio, a saber:

Chefe de secção da Secção Administrativa da Circunscrição Florestal do Norte.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para o lugar mencionado, esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicada — o presente concurso rege-se pelo:

Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho;
Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, modificado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho; e
Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

4 — Conteúdo funcional — compete, nomeadamente, ao chefe de secção apoiar e coordenar as actividades da circunscrição florestal e dos núcleos florestais que lhe estão afectos em matérias relacionadas sobretudo com recursos humanos, expediente e arquivos, conforme o estabelecido no n.º 5 do artigo 2.º da estrutura flexível dos serviços desconcentrados, constante do despacho n.º 14 749/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 172, de 23 de Julho de 2004.

5 — Local de trabalho — o lugar posto a concurso situa-se nas instalações da sede da Circunscrição Florestal do Norte, Parque Florestal, Vila Real.

6 — Vencimento — o correspondente à aplicação do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, sendo as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para a função pública.

7 — Condições gerais de admissão — as previstas no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

8 — Condições especiais de admissão — as previstas no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

9 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar são:

- Prova escrita de conhecimentos gerais e específicos, com carácter eliminatório para nota inferior a 9,5 valores, na escala de 0 a 20 valores;
- Avaliação curricular.

10 — A prova de conhecimentos será escrita e terá a duração de três horas, à qual será aplicado o programa de provas aprovado pelo despacho do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e

das Pescas, de 12 de Janeiro de 1996, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 26, de 31 de Janeiro de 1996, mantido em vigor por força do disposto no n.º 2 do artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

10.1 — A bibliografia e legislação a adoptar nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, consta do anexo do presente aviso, do qual faz parte integrante.

11 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da prova de conhecimentos, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

12 — Formalização da candidatura — o requerimento de admissão ao concurso será elaborado em folha de papel normalizada, branca ou de cor pálida, de formato A4, dirigido ao director-geral dos Recursos Florestais, e entregue em mão na Secção de Expediente e Arquivo desta Direcção-Geral, acompanhado de duplicado ou fotocópia, que servirá de recibo, ou remetido pelo correio, registado com aviso de recepção, para a Direcção-Geral dos Recursos Florestais, Avenida de João Crisóstomo, 28, 1069-040 Lisboa, desde que expedido até ao último dia do prazo para a entrega da candidatura.

13 — O requerimento de admissão devem constar os seguintes elementos:

- Identificação completa do candidato (nome, nacionalidade, data de nascimento, estado civil, número e data de validade do bilhete de identidade e serviço emissor, residência, código postal e número de telefone);
- Habilitações literárias;
- Menção expressa da categoria, serviço a que pertence, natureza de vínculo e antiguidade na categoria e na carreira;
- Indicação de todas as acções de formação profissional que frequentou, a submeter à apreciação do júri, bem como a duração de cada uma;
- Outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar por serem relevantes para a apreciação do seu mérito;
- Declaração, sob compromisso de honra, de que reúne os requisitos gerais de admissão ao concurso previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

14 — O requerimento de admissão será acompanhado dos seguintes documentos:

- Declaração, devidamente autenticada, do serviço ou organismo a que se encontra vinculado o candidato da qual constem, de maneira inequívoca, a natureza do vínculo à função pública, a actual categoria e a antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública;
- Declaração autenticada do serviço a que pertence especificando o conjunto de tarefas e responsabilidades cometidas ao candidato, bem como o período a que as mesmas se reportam;
- Documento, autêntico ou autenticado, comprovativo das habilitações literárias;
- Documentos, autênticos ou autenticados, comprovativos das acções de formação frequentadas, com indicação da sua duração;
- Fotocópias das fichas de notação relativas aos anos relevantes para o concurso, devidamente confirmadas pelos serviços;
- Curriculum vitae*, devidamente datado e assinado, com indicação das tarefas e funções que exerce e que exerceu, explicitando os respectivos períodos de duração.

15 — A falta de apresentação de algum dos documentos exigidos no presente aviso implica a exclusão do candidato, nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

16 — Assiste ao júri a faculdade de solicitar aos candidatos a apresentação de documentos comprovativos de factos por eles referidos que possam relevar para a apreciação do seu mérito.

17 — Por falsas declarações serão os candidatos punidos nos termos da lei.

18 — A relação de candidatos e a lista de classificação final serão publicitadas nos termos conjugados do artigo 33.º e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 34.º, bem como nos termos dos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 38.º e 1 e 2 do artigo 40.º, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

19 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, pro-